

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
PUC-SP

Fernando Melo Pizzardo

**Exclusão digital migrante: Entre as precariedades invisíveis e as
lições de boas práticas internacionais**

**Programa de Estudos Pós Graduados em Governança Global e Formulação
de Políticas Internacionais**

São Paulo

2021

Fernando Melo Pizzardo

Exclusão Digital Migrante: Entre as precariedades invisíveis e as lições de boas práticas internacionais

Policy Paper apresentado ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais da PUC-SP, como trabalho final para o Mestrado Profissional, na linha de pesquisa “Sociedade Civil e Políticas Públicas em Âmbito Internacional”. sob orientação da Professora Doutora Cláudia Alvarenga Marconi

BANCA EXAMINADORA

À meus pais pela dedicação e por me deixarem sonhar. Ao meu querido irmão por ter me levantado quando não tinha chão. Às minhas avós que sempre mostraram o valor da cultura migrante.

RESUMO

Este policy paper tem por objetivo a análise de três diferentes boas práticas internacionais na gestão de Inclusão Digital Migrante. Isso foi feito a partir de dois eixos, eixo teórico e eixo aplicado. Em um primeiro momento, no eixo teórico se argumenta sobre a influência da precariedade digital e Exclusão Digital nos termos da literatura de mobilidade. Em seguida, busca-se conceituar áreas de atuação da vida digital migrante, focando na compreensão do uso da Internet por parte dessas populações. No eixo aplicado, apresenta-se três boas práticas de Inclusão Digital Migrante, discutindo-os sob a égide conceituada no primeiro eixo. As práticas são: Implementação de 4G em Pacaraima-RR (i), Facilitação na obtenção de cartões SIMs em Uganda (ii) e por fim, a atuação da ONG Hack Your Future nos Países Baixos (iii). Culmina-se na composição de um quadro comparativo com as lições aprendidas das práticas.

Palavras-chave: Internet. Refúgio. Mobilidade. Comunidades Diaspóricas. Vulnerabilidade digital. Acesso a internet. Precariedade Digital. Boas Práticas. Inclusão Digital. Exclusão Digital.

ABSTRACT

This policy paper aims to analyze three different international good practices in the management of Migrant Digital Inclusion. This was done from two axes, the theory axis and the applied axis. At first, the theoretical axis argues about the influence of digital precariousness and Digital Exclusion in terms of the mobility literature. Then, it seeks to conceptualize areas of activity of migrant digital life, focusing on understanding the use of the Internet by these populations. In the applied axis, three good practices of Migrant Digital Inclusion are presented, discussing them under the aegis conceptualized in the first axis. The practices are: Implementation of 4G in Pacaraima-RR (i), Facilitation in obtaining SIM cards in Uganda (ii) and finally, the performance of the NGO Hack Your Future in the Netherlands (iii). It culminates in the composition of a comparative table with the lessons learned from the practices.

Keywords: Internet. Refuge. Mobility. Diasporic Communities. Digital vulnerability. Internet access. Digital Precariousness. Good habits. Digital inclusion. Digital Exclusion.

Sumário

1.	Introdução aos Eixos	10
1.1.	Breve Introdução Conceitual	11
2.	Eixo Teórico	15
2.1.	Comunidades Diaspóricas Digitais	15
2.2.	Exclusões Digitais	18
2.2.1.	Inclusão/Exclusão Digital	19
2.2.2.	Divisão Digital	21
2.3.	Marcadores da atividade migrante	24
2.3.1.	Trabalho	24
2.3.2.	Afetivo	27
2.3.3.	Político	28
3.	Eixo Aplicado	30
3.1.	Introdução	30
3.2.	Boas Práticas	31
3.2.1.	4G em Pacaraima	31
3.2.2.	Novos SIMs em Uganda	34
3.2.3.	Hackeando Futuros	37
3.2.4.	Paralelos e comparativos	40

1 Introdução aos Eixos

O policy paper em questão busca lidar com as diferentes políticas de Exclusão Digital Migrante¹ (EDM) e suas contra-políticas e o combate dela. Buscará ao longo do trabalho tratar das populações migrantes e as ações afirmativas para combater esse fenômeno pela sociedade civil, setor público e privado. Isso leva em consideração a existência de um ecossistema digital, onde pode se constatar, mesmo que prematuramente, a existência de Comunidades Diaspóricas Digitais (CDDs). Nesse sentido, o policy paper tem por objetivo explorar em qual medida é possível entender que ações como as que serão aqui enquadradas têm influência direta nesse ecossistema e, por extensão, na minimização das precariedades migrantes. Assim, importante faceta desse mesmo objeto de estudo é a precariedade digital, revelada ao entender os significados das CDDs.

De início essa precariedade digital pode ser constatada através de censos reveladores. Números do Núcleo de Internet e Comunicação do Brasil² indicam que 56%, ou seja, mais da metade da população com acesso à internet usa exclusivamente pelo telefone celular (NIC, 2019). Mesmo que o rendimento de conexão no Brasil seja superior a outros países em uma mesma situação de desenvolvimento, a desigualdade regional e social no país demonstra que o acesso ainda é muito centralizado em regiões e classes mais favorecidas (*Ibid*). Isso é de importante compreensão uma vez que essas pesquisas ainda não englobam a realidade migrante, permitindo-nos inferir que seja ainda mais precarizada. Isso afeta diretamente o uso dessas populações e pelo alto custo³ sendo a elas negadas o acesso a um instrumento que cresceu significativamente em importância neste século.

Este *policy paper* também se assenta em dados de um *survey* extraordinário sobre o uso da Internet durante a crise sanitária do COVID-19 (NIC, 2020). Resultados preliminares já demonstram que houve aumentos significativos na utilização da Internet como ferramenta

¹ A terminologia migrante é usada nesse contexto por englobar diferentes tipos de Pessoas Forçadamente Deslocadas (PFDs)

² NIC é uma instituição associada ao governo brasileiro que rege a internet em solo nacional. O organograma conta com representantes da sociedade civil, instituições governamentais e do setor privado

³ Principal motivo apontado por populações de série C, D e E para não ter acesso a Internet em domicílio ou remotamente. Ver mais *TIC Domicílos 2018* (NIC,2019)

de trabalho e como meio de contato com o serviço público. O crescimento de importância de ambas as instâncias faz com que a presença do digital na vida cotidiana seja uma instância de crescente importância. Isso faz com que seja necessário um aprofundamento nos significados, percepções e experiências no macrossistema da Internet. Essa relação da rede com o refúgio torna-se imperativa ao entender o refúgio na década de 2010 e ainda mais na de 2020.

A fim de articular esse nexo, o desenho desse *paper* lança mão de três dimensões distintas entre si, muito embora potencialmente interseccionais, e que expressam perfis migrantes na cidade que podem ser esclarecidos na interface com a rede. São eles: O comercial, o afetivo e o político. O intuito de colocar as dimensões em destaque dentro dessa análise serve para ressaltar diferentes problemas existentes da/na experiência migrante e ponderar em qual medida há uma noção clara de possíveis reformas e soluções.

O policy paper, assim, apresenta duas macro divisões: uma teórica (ainda que com vistas à aplicação) e uma empírica. A primeira busca definir alguns dos principais termos movimentados através de todo *policy paper*. Destaca-se a importância da definição de Exclusão Digital e as áreas de análise da atividade digital migrante. A segunda já tem um papel comparativo, apresentando e radiografando três ações afirmativas de Inclusão Digital. A radiografia dessas políticas se concentra em colocar mais claro o impacto geral de cada uma. Essa discussão tem nuances que são importantes para o entendimento mais robusto na análise de políticas públicas migrantes em matéria digital. As práticas escolhidas envolvem uma Parceria Público Privada em Pacaraima, uma ação conjunta do governo de Uganda com a ACNUR e uma ação de uma ONG de capacitação profissional e tecnológica. A escolha específica dessas práticas vem de sua diversidade organizacional, regional e o tamanho do impacto delas dentro de diferentes contextos. Essas diferenças acabam por ressaltar o perfil heterogêneo e fragmentado dessas políticas que devem ser investigado.

1.1 Breve Introdução Conceitual

Antes da entrada mais profunda ao eixo teórico do *paper* é preciso ter uma pequena introdução da literatura do assunto e como ela evoluiu no entendimento de Diásporas Digitais. A sessão serve de pano de fundo para as discussões sobre exclusão digital e de CDDs.

Com a rápida disseminação da Internet no começo dos anos 90, a investigação de novas comunidades digitais, especialmente de migrantes, começaram a tomar forma. Nasceu

assim o estudo do que foi denominado como Diásporas Digitais (DDs), comunidades diáspóricas que estavam se reconectando através da Internet. Com a evolução das técnicas de análise e o crescimento da popularidade de ferramentas de Big Data e da ciências de dados, autores começaram a flutuar para estudos focados nessas bases de dados ([CANDIDATU et al., 2019](#)). Consequentemente, iniciou uma discussão importante sobre termos e conceitos metodológicos para avaliação dessas redes, exemplos desses são a *e-diaspora*, *netnography* e *digital ethnography* ([DIMINESCU, 2008; KISSAU, 2012; NEDELCU, 2012; BAUBOCK & FAIST, 2010](#)), que com significados similares, tinham por objetivo refinar a pesquisa sobre DDs.

Na evolução da área, se popularizou a representação visual por meio de cartografias das redes, mapas elaborados com os principais nódulos de interesse de comunidades específicas .Naturalmente, essa abordagem trouxe críticas sobre a profundidade das análises e a dependência exacerbada em mecanismos de extração de dados ([CANDIDATU et al., 2019](#)). O mapa abaixo por si só acaba por representar apenas uma fração do que toda atividade online dessa população, tendo apenas compilado os links “físicos” entre eles.

O termo Diásporas Digitais foi criado em meados de 1997 ([Mitra 1997](#)), por autores europeus interessados em entender o impacto da internet em comunidades diásporicas. Essa primeira fase, posteriormente chamada de “Cyberphase”(Ibid.), foi muito marcada pelo entusiasmo da criação de uma nova comunidade transnacional digital. Inicialmente, buscava se entender a pretensa anarquia das redes e sua capacidade de anonimizar indivíduos. É importante comentar que, como qualquer outra área de estudo relacionado à Internet, as análises são muito influenciadas pelo estado da rede na época. A *Web 1.0* era marcada por uma multiplicidade de sites e indícios de novos agrupamentos sociais especificamente digitais ([MUELLER, 2010](#)). Essa abordagem tem certa influência até hoje, no texto de Mihaela Nedelcu (2012), é presente o uso da palavra “Comunidades Cosmopolitas”, entusiasmado-se na ideia de uma pós territorialidade das comunidades migrantes. Essa análise é marcadamente importante para compreender um novo *habitus* migrante que acaba se apoiando nas redes de apoio “cosmopolitas”, como a autora define.

Com a popularização do acesso da Internet, uma nova frente de análise começou a ter tração dentro da comunidade. Começou a se entender as redes como um ponto de encontro dessas comunidades migrantes, permitindo a vocalização de angústias e posicionamentos políticos na Internet. Nessa fase é comum encontrar textos que tentam fazer definições muito

apuradas dos conceitos. Um desses textos é de Kathrin Kissau e Uwe Hunger (2010) que propõe um framework ambicioso para tratar das Diásporas Digitais colocando a importância de uma *digital ethnography* no ramo. Isso significa: investigar *sites*, páginas, perfis e tudo relacionado as comunidades migrantes na Internet. Será uma fase de traçar muitas conexões entre esses diferentes pontos de interesse das comunidades. Além disso, era comum encontrar o uso e recomendação da plataforma *Netvizz* ([Kissau 2012](#)) que extraia dados das páginas de Facebook, como comentários e usuários, e transformava em planilhas e gráficos acessíveis para leitura. Isso permitiu que muitas correlações fossem feitas e constituíssem cartografias digitais.

Uma das expoentes é Dana Diminescu (2008) que criou o conceito e a plataforma *e-diaspora*. Essa iniciativa concentrou trabalhos que estejam focados em traçar e consolidar mapas das Diásporas Digitais. Seu projeto acaba por marcar um padrão da comunidade de como tratar essas jornadas digitais. Sua intenção ao mostrar grandes nódulos de interesse das comunidades é a maneira com que essas interações mesmo que difusas podem ter origens muito similares e próprias para cada comunidade. Um exemplo importante é a comunidade da ex-Iugoslávia que formou uma espécie de culto ao falecido país na Internet, tendo uma série de sites dedicados às memórias da época do regime socialista (*Ibid.*). Isso levou a uma descoberta, a partir desses memoriais, fóruns de discussão onde a comunidade expressava opiniões políticas, (DIMINESCU & LOVELUCK, 2014). Exemplos correlatos são as comunidades Curda e Síria (*Ibid.*) designando um conceito de “nações digitais”⁴.

É nesse sentido que Laura Candidatu, Leurs Koen e Sandra Ponzanesi (2019) criticam a trajetória dessa área de estudo até o presente momento. As autoras recontam alguns dos principais marcos do estudo das DDs e tentam compreender as deficiências das análises até então. Um ponto importante levantado é de que análises como propuseram grandes análises com banco de dados extensos, acabavam tendo pouco entendimento das singularidades e multiplicidades que a rede oferece. As autoras argumentam que é impossível fazer análises desse tipo sem levar em consideração realidades locais e a vulnerabilidades que os migrantes são expostos. Os mapas, apesar de explicativos, não tem a substância necessária para compreender contextos diversos e a importância individual de fóruns e páginas na internet. Além disso, argumenta-se que a ideia de cosmopolitismo na Internet é uma tradução fora de realidade, exportada de análises de comunidades privilegiadas.

⁴ O conceito se concentra em explicar a existência de comunidades digitais que compõem países que já deixaram de existir, nunca existiram ou estão em guerra civil. Ver (KISSAU & HUNGER, 2010)

A contraproposta dessas autoras foi composta posteriormente com o artigo *Diaspora and mapping methodologies: tracing transnational digital connections with ‘mattering maps’* (2019). O conceito central do texto busca criar mapas que importam, aliando entrevistas e pesquisas em canais diferentes buscando quais promovem mais engajamento com a comunidade. Tentando buscar uma “human-centered Big Data” os autores buscam criar um novo padrão não convencional de análise. Um conceito importante no texto é a ideia de que ao invés de comunidades cosmopolitas, existiriam *Global Assemblages* além dos clusters regionais já existentes. O conceito é munido pela composição da cartografia proposta, que tem camadas subjacentes que explicam melhor os interesses gerais como política e cultura. Essa busca por uma metodologia além dos métodos puramente quantitativos é importante para pensar os estudos da área e como interpretar a vastidão das DDs de diferentes comunidades.

Os principais centros de pesquisa sobre o “migrante conectado” são localizados na França e na Holanda⁵, não é raro achar pesquisas que foquem exclusivamente nessas duas localidades ou países em proximidade. Mesmo que seja compreensível a partir de um sentido metodológico, ainda há uma clara predominância de artigos que sejam em relação a comunidades no continente, seguidos por Estados Unidos e Austrália.

A estética mais representativa das DDs é associada com fotografias tiradas durante a “crise de 2015” do continente europeu (Figura 2) ([DIMINESCU 2008](#)). Apenas a partir dessas fotos, que houve uma maior popularização no senso comum da ideia de um migrante conectado. Essa exposição trouxe uma maior atenção às problemáticas das jornadas digitais de migrantes, sendo alvo de várias ataques por parte de tablóides e de comunidades anti-migração. É notável as comunidades digitais estejam com maior tração no continente europeu pela maior facilidade do acesso à banda larga, contudo é importante que a investigação seja feita dentro de localidades de maior precarização. Isso apresentará novos desafios e toda economia migrante crescente em relação a aquisição de chips de telefonia celular com o barateamento dessas redes ([GORDANO 2013](#)).

Outra área que tem uma intersecção grande com a área é o estudo de cartografias não convencionais. Uma delas é Risam Roopika (2019) que chama atenção em qual medida a abordagem de migrante como problema reflete diretamente dentro das representações visuais de fluxo. Ela argumenta que a necessidade de colocar-se fronteiras políticas dentro desses

⁵ Especificamente nas Universidades TelecomTech de Paris e na Universidade de Utrecht

mapas infere uma espécie de invasão ao continente europeu, se utilizando de uma lógica anacrônica para o tratamento desses dados. Isso é reforçado por Hotum e Lacy (2020) que trazem a discussão mostrando diferentes tipos de mapas “de setas”. Eles argumentam que essa visualização é reminiscente da segunda guerra mundial onde se representava a invasão de tropas com o mesmo tipo de desenho veiculado pelas agências europeias de fronteira.

2. Eixo Teórico

2.1 Comunidades Diaspóricas Digitais

O termo Comunidades Diaspóricas Digitais embute alguns conceitos importantes, necessários de explanação para a compreensão do termo. Logo, para esse propósito se constituiu uma pequena investigação de sua natureza temática e contextual sempre marcante para essas comunidades. Primeiramente definir de qual maneira é possível a criação dessas comunidades, e de como esse contato é feito. Em seguida, explorar o contexto em qual essas comunidades estão, sejam elas espaciais, sejam elas etnicamente motivadas. Por fim, é preciso entender qual o sentido dado pelos seus membros e como elas se comportam tematicamente.

A criação do vínculo das CDDs é resultado direto de toda travessia do migrante, desde sua saída até a chegada no país de origem. Dessa forma, é necessário remontar a jornada do migrante a partir desse olhar, detectando a criação das redes sociais importantes para a formação das CDDs.

Um dos motivos que tem bastante impacto na escolha de países, por parte de migrantes, é a presença de uma rede de conhecidos ou familiares no local (CHARMARKEH, 2013). Esse conhecimento acaba sendo utilizado de forma a ter algum tipo de rede de apoio que o auxilie nos seus primeiros passos no país. Esse contato é amplificado pela internet sendo utilizado como um ponto importante de fornecimento de informações durante toda sua trajetória. Esse vínculo remoto com alguém já inserido dentro do país de origem é, muitas vezes, um ponto de entrada importante para a CDD, introduzindo o migrante na comunidade antes de sua chegada *per se*.

Durante todo processo de migração e refúgio, a presença de tecnologias de

comunicação estão cada vez mais presentes. Naturalmente, isso pode ser visto na existência das CDDs com sua utilização em diferentes contextos. A criação desses vínculos acaba por ser originária de experiências conjuntas que o processo migratório acaba por acentuar. Esse compartilhamento acaba levando à constituição de vínculos por meio de redes sociais. Isso é mais evidente a partir da observação da existência de grupos digitais de caravanas de saída e dentro dos acampamentos de refugiados (*Ibid.*). As CDDs acabam por ser uma construção conjunta que tem origem em um sentimento compartilhado de vulnerabilidade e de solidariedade em um primeiro momento, expandindo as redes de apoio que serão importantes a partir da chegada.

Uma camada importante das CDDs é a espacialidade dessas comunidades, mesmo que estejam muitas vezes restritas a certos locais, a sua camada de transnacionalidade é determinante em sua definição. Isso vem da própria maneira que essas redes são formadas, com os destinos diferentes de cada membro dos grupos originais, natural de movimentos diaspóricos. Essa conexão transfronteiriça é essencialmente potencializada pela Internet, com a instantaneidade do contato. Não obstante os aplicativos mais usados por parte das PFDs são aplicativos como Whatsapp e Skype (ACNUR,2017). Além do envio de remessas, a manutenção do contato familiar é comprovadamente um fator positivo em diminuir o trauma emocional da saída (MIKAL; WOODFIELD, 2015).

Complementarmente, é possível que o crescimento difuso dessas redes seja resultado de iniciativas particularmente regionalizadas. Esse é o caso de comunidades sudanesas nos Estados Unidos, que utilizam de maneira mais localizada com apenas comunidades já conhecidas e mais restritas (*Ibid*). Isso mostra mais uma característica importante das CDDs que é sua fragmentação intensa, sendo muitas vezes utilizadas com um aspecto diverso.

Essa diversidade pode ser interpretada de maneira com que entender recortes étnicos que têm um papel importante na constituição das redes. Isso remonta exatamente na constituição e integração das CDDs, onde existe distintamente uma variável de identidade muito importante. O compartilhamento de experiências e de antecedentes muito similares, faz com que a categoria étnica seja um primeiro subterfúgio de socialização (GODIN & DONA, 2016). Além disso, a existência das redes pode amplificar o sentimento de solidariedade e comunidade para além das fronteiras em que se encontram. A preocupação com o país de origem, identificação cultural e familiar são componentes importantes buscados por migrantes de segunda geração. O trecho abaixo, confirma que existe certa

motivação por parte de jovens refugiados em buscar nacionais de origem similar.

Young refugees and members of diasporas are part of mixed migratory flows in which forced and voluntary motives cannot be separated. Young people make transnational connections that are often based on their identification with their country or their families. The global increase in asylum seekers and refugees since the 1990s has made the criterion of dispersion (forced or otherwise) widely understood as constitutive of diaspora. However the usual concept of diaspora de-emphasizes the forced component of migration. Therefore, the terms refugee voices and diaspora voices can overlap(...).(GODIN & DONA, 2016 p. 63).

Assim, mesmo que haja certamente comunidades que estejam mais ligadas a localidades e sejam mais diversas, etnicamente, o padrão de dispersão das diásporas acaba por colocar um elemento importante nessa análise.

A natureza fragmentada das CDDs faz com que o sentido colocado pelas comunidades seja distinto e contextual. Entretanto, é importante entender quais os principais movimentos que podem ser detectados dentro das CDDs. Um caso do grupo Geno-Cost de congoleses de diversos países de primeira e segunda geração que denunciam os crimes humanitários tanto da ditadura Mobutu, quanto da colonização européia buscando recontar a história do país (GODIN & DONÁ, 2016). O fato de que este grupo tem um caráter politizado, é um ato político por si só, colocando em evidência uma faceta de migrantes que, muitas vezes, lhes é abafada. Esse movimento comprovadamente teve impacto na política nacional da República Democrática do Congo, pressionando alguns parlamentares, a re-permissão de uma vida politizada é importantíssimo e só foi organizado a partir das redes.

Mais usualmente algumas comunidades acabam por depender das redes para duas questões: informação e encontros sociais. Isso pode ser observado a partir de alguns depoimentos, como o abaixo, que demonstra a interação via Facebook para encontros sociais. Outro fato comumente utilizado é por usar como referencial de notícias que são normalmente repassadas por familiares e amigos, pesquisadores indicam que há uma dependência muito grande em pesquisas repassadas em segunda mão sobre o país de origem (CHARMARKEH, 2013; ALENCAR, 2017). Assim, pode-se dizer que também esses grupos têm uma característica temática marcante.

Após essa conceitualização, é possível entender que um olhar exclusivo às comunidades digitais tem um ponto cego importante. Isso é resultado de uma separação do cotidiano dessas populações com o mundo digital. Isso é visto mais presentemente na literatura especializada de DDs. Assim, é importante que as precariedades do mundo digital

saiam dessa posição invisível e ir para o centro das discussões. Uma das formas de colocar isso é no entendimento de Exclusões Digitais.

2.2 Exclusões Digitais

Dessa forma, deve-se apresentar e discutir três definições diferentes sobre a discussão: Inclusão Digital, Divisão Digital e Exclusão Digital. Esses três termos acabam por incluir grande parte dos movimentos nessa área tanto por Administrações Públicas e Supranacionais quanto por organizações da sociedade civil. Essa discussão vem se estendendo desde 1990 quando a rampante disparidade tecnológica nos EUA começou a ser reconhecida oficialmente pela administração Clinton-Gore. O então presidente Bill Clinton em 27 de Janeiro de 2000 chamou atenção ao problema da crescente desigualdade e designou-o de “Digital Divide” ou Divisão Digital.

O acesso a computadores e à Internet está se tornando cada vez mais importante na vida americana, mas há uma crescente "divisão digital" entre aqueles que têm acesso à tecnologia da informação e aqueles que não têm. Para ajudar a tornar o acesso aos computadores e à Internet tão universal quanto o telefone, o governo Clinton-Gore está propondo uma iniciativa abrangente para diminuir a exclusão digital e criar novas oportunidades para todos os americanos. Seu orçamento para o ano fiscal de 2001 inclui propostas para: ampliar o acesso a tecnologias como computadores, Internet e redes de alta velocidade; fornecer às pessoas professores qualificados e o treinamento de que precisam para dominar a economia da informação; e promover conteúdo e aplicativos online que ajudarão a capacitar todos os americanos a usar as novas tecnologias em seu potencial máximo. (ESTADOS UNIDOS, Presidente (1993-2000; Bill Clinton) Online 2000 Tradução Nossa)

Bill Clinton propõe ajustes fiscais para o incentivo de ações afirmativas para o combate desse novo fenômeno, estando preocupado com as consequências de um aprofundamento dessas questões. Sua postura tenta incentivar parceiros privados a tomarem ação. A fala do presidente americano ainda ressoa em políticas de grandes organizações internacionais como OCDE e UE. Para a análise desse fenômeno, a seção seguinte a esta se dedicará a entender o significado dos termos, sua importância para *policy makers* de OIs, governos nacionais e ONGs e o histórico dessa discussão internacionalmente.

A perspectiva de colocar em pauta uma discussão mais ampla sobre desigualdade digital nos primórdios da Internet era, praticamente, alienígena para seus pioneiros. A Governança da Internet como conhecemos é regida sob a égide liberalizante, tendo um foco de manter o espaço digital o menos regulado e com a mínima intervenção estatal possível (MUELLER, 2010). Isso fez com que a discussão se tornasse cada vez mais capturada por uma temática comercial, tendo como principal exemplo a Internet Corporation for Assigned

Names and Numbers (ICANN), que é subordinada diretamente ao Departamento de Comércio dos EUA. A questão da inclusão digital só veio a tomar forma em alguns círculos acadêmicos na década de 90 (JAEGER, 2012) chegando a autoridades de fato apenas nos anos 2000. Assim começam a se formar três termos interseccionais mas distintos sobre o assunto, mostra-se importante distingui-los e analisá-los sob uma ótica sensível às questões migrantes.

2.2.1 Inclusão/Exclusão Digital

Quanto se tratar de termos mais presentes no *mainstream* tanto acadêmico, quanto jornalístico, pode-se dizer que o termo Inclusão Digital (ID) é constantemente presente. Isso se torna mais evidente a partir do momento que o termo está presente em uma gama de programas sociais por diferentes governos internacionalmente, sendo constantemente citado em problemas que devem ser resolvidos nos próximos 20 anos.

As políticas direcionadas a isso normalmente são incluídas em grandes planos de infraestrutura, tentando conectar áreas menos favorecidas e rurais dentro dos seus projetos, como no caso chileno em que a intenção era construir centros tecnológicos nas áreas rurais do país (SALINAS, 2009). Em contrapartida, o termo também é usado para projetos na área de educação, que concentram esforços em educar pessoas para o uso de tecnologias de ponta e os conceitos base de navegação na Internet. Um exemplo é o programa da cidade de Salvador que, em conjunto com o governo federal, implementou Infocentros de capacitação da população de baixa renda (LEMOS & COSTA, 2005). Em suma, ID nesse sentido, é tomar ações afirmativas para incluir pessoas que por motivos diversos não tem acesso completo ou apenas acesso parcial às tecnologias de acesso à internet (JAEGER, 2012). Essa concepção engloba dois conceitos que merecem mais atenção, a Exclusão Digital (ED) e a Alfabetização Digital⁶.

Primeiramente, é importante elucidar de forma mais abrangente o termo Alfabetização Digital. O tema que inicialmente tinha um papel secundário em grande parte das políticas de ID, vem tomando cada vez mais centralidade nas novas políticas da década de 2010 (PARSONS & HICK, 2008). Isso se dá majoritariamente por causa do caminhar da discussão mais direcionada em incentivos a infraestrutura de conectividade para o entendimento do déficit de populações de renda mais baixa na “corrida digital”. Esse

⁶ Tradução Nossa do termo “Digital Literacy” presente em: JAEGER, 2012, OCDE, 2019 e EUROPEAN COMMISSION, 2020.

fenômeno vem aliado ao advento da telefonia celular⁷ e o barateamento de planos de banda larga internacional, se estima que em 2018 mais de 90% da população brasileira teve algum tipo de acesso a internet pelo telefone celular (NIC,2019).

Assim a discussão de ações afirmativas por parte dos Estados e entidades da sociedade civil começaram a se concentrar na problemática educacional (JAEGER, 2012) (MADON et al, 2009). Dessa forma, começa a se entender de maneira mais abrangente que a Alfabetização Digital é uma forma importante de se compreender os novos desafios da ID. Esse problema é latente ao se considerar a clivagem nos dados fornecidos pelo NIC (2019) que apenas uma pequena parcela teve contato com ferramentas digitais importantes no mercado de trabalho, e uma menor ainda que possui um computador pessoal (~30%). Essa estatística demonstra uma crescente desigualdade não mais de infraestrutura *per se*, mas sim de conhecimento e entendimento de ferramentas que se tornam essenciais na economia atual. Um dado importante a se notar é que das 5 regiões do Brasil a que tem o pior desempenho na educação digital é a região Norte, que concentra grande parte dos refugiados em solo brasileiro, principalmente nos estados de Roraima e Acre (apud.).

É possível notar que essa concepção está ventilada em diferentes instituições internacionais. Ao analisar o plano de gestão proposto pela comissária da União Europeia, Ursula Von Der Leyen (2019), é possível encontrar um capítulo quase dedicado a uma “Europa adequada à Era Digital”. Neste capítulo, Ursula especifica a necessidade de ações voltadas à construção de habilidades nas ferramentas para jovens e adultos pertencentes à UE. O trecho abaixo exemplifica, justamente o comprometimento da UE, que já tem uma infraestrutura de banda larga consolidada com o ensino de seus nacionais.

“I am fully committed to making the European Education Area a reality by 2025. We need to bring down barriers to learning and improve access to quality education (...). And we need to change the culture of education towards lifelong learning that enriches us all. My priority will be to get Europe up to speed on digital skills for both young people and adults by updating the Digital Education Action Plan. We need to rethink education by using the potential the internet provides to make learning material available to all (...) Digital literacy has to be a foundation for everyone.” (LEYEN, online 2019)

Esse *policy paper* põe à luz também o recorte de que esta fala e este tipo de desenho institucional acaba por esconder. Além das disparidades internas que são constantemente visadas por *policy makers*, a precariedade digital migrante muitas vezes é deixada de lado em

⁷ Importante frisar que esse fenômeno é crescente a partir de 2013 com a popularização dos chamados *smartphones* no mercado (ASSOCIATED PRESS, 2013).

planos mais ambiciosos de educação digital. É esse o caso da fala acima, mesmo que empenhada em corrigir essa desigualdade, a comissária não aparenta colocar esse ponto em discussão, de que existe uma clivagem digital com populações migrantes.

Em compensação, a OCDE em seus relatórios técnicos (2019) chama a atenção de alguns indicadores específicos. O principal deles é chamar a atenção para a problemática da lacuna entre regiões urbanas e regiões rurais. Acabando por ter uma espécie de *call to action* para seus países-membros e ao setor privado em investimento de soluções inovadoras como o investimento em companhias locais e Parcerias Público-Privadas (PPPs) para solucionar o problema. Ao mesmo tempo, também a um enfoque, mesmo que menor, em iniciativas de educação digital promovidas pelos membros para o mercado de trabalho.

O uso de PPPs para o tratamento dessas questões parece ser uma prática mais disseminada dentro da área. Isso se dá, principalmente, pelos interesses de empresas em aumentar sua população capacitada nesse mercado. No caso dos migrantes, isso torna-se ainda mais notável, já que insere pessoas antes restritas a um mercado pouco qualificado e os dá condições para a entrada no mercado de tecnologia. Isso também vai em linha com a tendência do aumento de políticas de diversidade começado por empresas do Vale do Silício. Um exemplo disso é a filial da Uber nos Países Baixos que têm oferecido editais específicos para migrantes (HACK YOUR FUTURE, 2020).

Essa postura mais liberal, vai de encontro a outro conceito criado nessa mesma época, a Exclusão Digital. O termo se concentra em descrever as condições em que se mostram necessárias as ações de ID. Isso significa, condições em que há uma significante exclusão de condições plenas do acesso à Internet. A ED têm consigo uma visão unidimensional, colocando sob si um aspecto muito mais ligado a condições econômicas e ignora uma plethora de outros problemas sociais e de outra ordem, como raça e gênero em suas análises. Em contraste, o termo Divisão Digital na literatura leva em consideração essas questões e permite discussões mais abrangentes sobre as questões.

2.2.2 Divisão Digital

O termo Divisão Digital (DDG), como dito anteriormente, era muito popular entre formadores mais liberais de política pública, como no caso do presidente Clinton. A definição de DDG através dos anos 2000 acabou tendo contornos diferentes e constantemente adaptáveis aos diferentes cortes sociais possíveis. Esta paper usará uma definição menos

ligada à definição do então presidente estadunidense, e mais dedicada a entender as nuances que o termo pode oferecer. Para essa compreensão, é necessário colocar estatísticas que ofereçam um entendimento das problemáticas de Gênero e Raça dentro da DDG.

É notável durante a história da Governança da Internet (GDI) que a grande maioria dos tomadores de decisão e de seus pioneiros não tinham muita diversidade, na maioria das vezes eles eram todos caucasianos, homens e estadunidenses (MUELLER, 2010). Esse recorte é importante para com que se entenda que na construção de grande maioria dos alicerces técnicos modernos da internet foram feitos com a exclusão de mulheres em cargos de programação de sistemas. Isso levou à algumas organizações importantes, como a USAID⁸ e a OCDE, cunhar o termo *Gender Digital Divide* ou Divisão Digital de Gênero (OCDE, 2018) (USAID, 2018). De acordo com um relatório da OCDE, apenas 15% de jovens mulheres trabalham e estudam na área de programação nos países membros (OCDE, 2019). Esse número piora ainda mais ao se considerar apenas 0,5% das garotas em toda OCDE no exame do PISA declararam ter interesse em trabalhar na área de tecnologia e informática em comparação com 5% em garotos (Ibid.).

Essa divisão clara de gênero dentro do mundo profissional reflete outro problema grave: mulheres são deixadas para trás em questão de conectividade. De acordo com a Reuters (2018), há 12% mais homens conectados à internet e 200 milhões de telefones celulares a menos de propriedade feminina. Além disso, existe uma discrepância entre o número de mulheres entrando em novas vagas de trabalho oferecidas por empresas de economia colaborativo, e.g. Uber (Ibid.).

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2020), constata que mundialmente a população migrante mundial aumentou em 60 milhões de 2010 para 2020. Essas populações têm origens diversas, entretanto ressalta-se os movimentos de originários sírios, por sua corrente guerra civil, turcos e congoleses como as principais populações deslocadas, de acordo com o relatório (Ibid.). Os principais destinos são Alemanha e França, especialmente nas grandes cidades como Paris e Berlim. Estima-se que em regiões do globo tiveram maiores fluxos de migração neste século, maioria são do sexo feminino.

⁸ O programa da United States Agency for International Development “Closing the Digital Divide” foi feito sob incentivo e patrocínio da Primeira Dama dos Estados Unidos Ivanka Trump em 2018. Disponível em: <https://www.usaid.gov/wcc/round-1>

Usar a lente migrante deixa evidente que a desigualdade digital é um ponto importante para se discutir dentro da formulação de novas políticas públicas de ID. Isso significa que essa parcela da população tem e terá maiores dificuldades para a adaptação do mercado de trabalho em seus destinos. Isso leva também à possibilidade de uma maior fragilidade na rede, causado pelo baixo conhecimento das ferramentas, possivelmente expondo dados sensíveis ou sofrendo golpes nas redes sociais. Isso é ainda mais agravante ao se considerar a digitalização compulsória de vagas de trabalho e serviços públicos pela pandemia de COVID-19.(OIM,2019)

Essa situação pode ser vista também utilizando o recorte étnico. É notável que o tópico não recebe o mesmo tipo de atenção das organizações internacionais quanto o de gênero. A maioria das informações disponibilizadas sobre o assunto vêm de ONGs especializadas e institutos de pesquisa. Entretanto, é importante que esse tópico tenha mais tração já que tem direta referência ao tema dos migrantes na internet. Deve-se então colocar em perspectiva em qual capacidade a perspectiva de raça interfere diretamente no acesso pleno à internet.

A DDG com a perspectiva de raça é mais perceptível nos EUA, já que algumas de suas ONGs dedicam-se ao tópico. O instituto Greenlining publicou um relatório que especifica o uso de tecnologias por Latinos e Afrodescendentes à luz da corrente pandemia. No estudo intitulado “No lado errado da Divisão Digital”⁹ (2020) ele especifica que na Califórnia a comunidade latina tem 21% menos chance de não terem acesso à internet domiciliar do que os brancos. Além disso mapearam a cidade de Oakland a partir de dados disponíveis da velocidade e acessibilidade de conexão, nesse estudo revelou-se que distritos de maioria negra e latina tinham a pior conexão do que bairros majoritariamente brancos.

Em uma escala mais nacional, é possível ver essa mesma tendência. De acordo com a National Digital Inclusion Alliance (NDIA)(2020), ao passo que se concentram-se esforços para equilibrar as áreas urbanas com áreas rurais, as comunidades não-brancas são deixadas para trás com os negros tendo aproximadamente 20% de sua população sem acesso pleno à internet em todo os EUA. Esse fato mostra justamente como esse recorte é muitas vezes negligenciado dentro de grandes agências internacionais e nacionais que promovem programas de ID. Isso interfere diretamente quando se é pensado uma política inclusiva para migrantes, sendo que muitas vezes esses números são de difícil acesso e não encontram eco

⁹ Originalmente ON THE WRONG SIDE OF THE DIGITAL DIVIDE

em políticas efetivas de combate a essas desigualdades.

Intermitente à essa análise, deve-se colocar em perspectiva uma abordagem que considere que a perspectiva migrante é colocada ainda mais à margem. Mesmo em ciclos mais especializados no assunto, a precariedade digital não aparenta ter o mesmo protagonismo que a pauta apresenta em outros âmbitos. Isso se dá principalmente por um credo de que a Internet está longe de ser uma das principais prioridades para a comunidade. Entretanto, é notável a crescente importância da conectividade a internet para essas populações. Em depoimento para ACNUR, um migrante sírio que atualmente reside no norte da Grécia afirmou que: “Eu não ligo ficar um dia sem comer, mas eu não posso ficar um dia sem Internet” (ACNUR, 2017; Tradução do autor).

É necessário então pensar como o termo DDG complementa uma análise sobre a precariedade migrante. Isso é refletido principalmente ao analisarmos as recentes ondas de migração para o continente europeu a partir de 2015. Ao excluir a importância da Internet das análises, é essencialmente ignorar que grande parte do cotidiano da vida do refugiado após a chegada. E sem a representação disso na comunidade especializada, torna-se ainda mais difícil de políticas direcionadas a DDG migrante serem desenhadas de maneira abrangente. Entretanto, é possível ver a existência de projetos que já levam em consideração essa realidade em alguns lugares através da comunidade internacional.

Assim, mostra-se claro qual abordagem se entende a DDG. Uma abordagem que leve em consideração não só uma análise, muitas vezes, superficial de Urbano x Rural como as Exclusões Digitais inferem, mas sim um olhar que note os diferentes cortes societais e sensível a entender o impacto nas diferentes comunidades.

2.3 Marcadores da atividade migrante

2.3.1 Trabalho

O uso das redes dentro de negócios é um fenômeno recente que vem se intensificando em anos recentes. Com as medidas de distanciamento social em 2020, houve um aumento de 400% na digitalização de negócios ([ISTOÉ, 2020](#)). O impacto deve ser sentido ainda mais em negócios da comunidade migrante em São Paulo, já que houve a corrente necessidade de uma transição rápida para um modelo novo de negócio. Assim, é necessário uma maior imersão no uso das redes por esses proprietários e de que forma é usada uma rede maior de apoio.

A necessidade de discutir esse tema vem de uma demanda crescente durante o ano de 2020. O requerimento de algumas habilidades e equipamentos eletroeletrônicos estão cada vez mais comuns dentro do mercado de trabalho. Com o período pandêmico, foi notado que a desigualdade nesses termos teve um crescimento significativo. Essa dimensão introduz ao debate um elemento importante de divisão digital, termo que busca reforçar a narrativa de que a percepção da internet é contextual. O termo foi criado para disputar com a narrativa de exclusão digital, dando ênfase que pessoas com menor poder aquisitivo tem uma experiência muito separada de outros segmentos de classe.

Em um estudo conduzido pela Rand Corporation (2019), em países como Colômbia, Zâmbia, Grécia e Estados Unidos, alguns dados importantes foram ressaltados sobre o papel da Internet em relação ao emprego. A paper demonstra que pelas diferenças culturais dos mercados, refugiados tiveram de usar resoluções criativas que contavam com vídeos, feitos pela própria comunidade, de confecção de CVs que respeitassem as normas de países europeus (Ibid.). Além disso, há o compartilhamento de vagas em redes sociais e tutoriais de como usar o LinkedIn feitos por influenciadores digitais.

Entretanto, há um outro problema que reside nessa questão. Em um dos depoimentos recolhidos, a entrevistada da Zâmbia, quando perguntada sobre oportunidades de emprego por vias digitais declarou que:

Employment adverts are on the internet. It helps when you are connected to the internet and you will be able to see it and apply online. But if you don't have access to digital technology, how are you going to know about the advert and how are you going to apply ? (Apud CULBERTSON, S. et al, 2019)

Essa fala acaba por demonstrar uma das problemáticas da economia digital. Com a exclusão digital, isso leva a populações que não têm acesso direto a essas ferramentas serem deixadas de lado do mercado de trabalho. A lógica predatória do capitalismo atual faz com que se tenha a ideia de “*Adapt it or die*”, deixando desamparados, principalmente, refugiados de primeira geração que por um motivo ou outro não têm acesso a Internet.

Essa situação apenas se agravou no atual contexto pandêmico. O qual tem a digitalização dos postos de trabalho e o trabalho em casa como diretriz de alguns governos locais. De acordo com o NIC (2020), houve um aumento de 20% nas atividades online relacionadas ao trabalho quando comparado com mesmo período no ano passado. Além

disso, passou para 47% a quantidade de pessoas que tiveram contato com chamadas de vídeo ou de voz exclusivamente pela internet (Ibid.).

Essa realidade acaba por colocar em situação vulnerável grande parte de pessoas que não tem acesso à banda larga e/ou não tem o equipamento para o trabalho remoto. Mesmo que ainda não seja capaz de quantificar, é capaz imaginar que dentre as populações afetadas pelo lockdown imposto tenha afetado diretamente nas fontes de renda de uma quantidade considerável de refugiados. Tendo que, ou serem obrigados a quebrarem as normas de quarentena, ou serem demitidos e preteridos por trabalhadores que tenham capacidade de fazer *home office*.

Urge, então, uma análise que leve em consideração os desafios do trabalho digitalizado, ainda mais depois da pandemia do COVID-19 em 2020. Enquanto é possível notar um aumento significativo de compras na Internet e da digitalização de serviços, é importante pensar a posição vulnerável em qual populações de migrantes enfrentam. Com a necessidade do uso exclusivo de redes domésticas (NIC,2020), há uma delegação de responsabilidade para o indivíduo na qualidade da conexão.

É importante pensar que em termos de política pública, há a necessidade de repensar a estratégia com isso em mente. Alguns atores políticos, como o governo da Alemanha¹⁰ (QUARTZ, 2016), vêm colocando como foco principal de sua política digital com refugiados o desenvolvimento de aplicativos para auxiliar na jornada do refugiado. Entretanto, com a pandemia em mente, deveriam ter mais iniciativas que colocassem como centro a facilitação da conexão à internet e o barateamento de planos de rede.

Com o advento da economia conectada a necessidade do uso da internet como ferramenta de trabalho é cada vez mais comum. O impacto disso é sentido em migrantes que são proprietários de restaurantes e varejo de forma geral, sendo cada vez mais importante estratégias digitais com o público geral. Além disso, temos a necessidade de conhecimento e posse de ferramentas digitais como mandatárias para algumas vagas de emprego com remunerações mais altas. Isso faz com que tenha uma seção importante no uso da internet pelos migrantes que é reforçada pelo período pandêmico

2.3.2 Afetivo

¹⁰ A Alemanha recebeu por volta de 1,8 milhão de migrantes a partir de 2015, sendo o principal receptor dentre os membros da União Europeia. (DESTATIS, 2020)

A dimensão afetiva é a mais importante entre as três. Seu uso é focado principalmente na manutenção de relações afetivas, do país de origem ou não, sendo estabelecidas dentro de um contexto digital. É nessa dimensão, também, que se observa com mais facilidade a existência e presença das CDDs no cotidiano do migrante. Isso se deve pelo desenvolvimento e popularização em massa das redes sociais como facilitadoras dessas conexões.

Outro ponto que deve ser levado em consideração, é o fato de que a telefonia móvel trouxe um salto na capacidade comunicativa por parte de pessoas que antes não poderiam ter acesso. Isso é evidenciado em estudos do começo do século XXI que ao investigar as relações migrantes pela internet, destacavam o fato da dificuldade de parentes não letrados digitalmente obterem sucesso em usar aplicativos de Voz sobre IP, como Skype (CHARMARKEH, 2013; CHAN, 2005). O uso e popularização de *smartphones* trouxe a familiares que continuaram no país de origem, a capacidade de uma comunicação diária com o migrante.

Uma das principais evidências disso é quando é levado em consideração o aspecto religioso. Em alguns depoimentos (RAND CORPORATION, 2019), migrantes ressaltam que a internet fez com que eles reconectarem com as comunidades regionais religiosas, mantendo e reforçando suas tradições religiosas. Com comunidades como a venezuelana, a preservação desse laço é um ponto importante na formação de sua identidade. Isso oferece ao refugiado não apenas uma sensação de bem estar, mas também um ponto importante na construção de conexão com o país de origem. Um caso importante, é da educação religiosa feita por pais islâmicos que estão utilizando de aplicativos de celulares para facilitar a leitura do Corão e reforçando algo que normalmente seria ensinado fora do ambiente familiar (Ibid.).

Mesmo que haja uma grande diversidade de situações positivas dentro da internet, é importante colocar em perspectiva que há a possibilidade do mau uso e da piora significativa da situação do refugiado. Um exemplo é a quantidade de pessoas ativamente caindo em enganações ou esquemas e perdendo grandes quantidades de dinheiro. Em algumas situações, esses esquemas são feitos com refugiados inocentes em vista, prometendo regularizações de carteiras de identidade ou da situação de refúgio em troca de grandes quantias. Essas más práticas acabam por ter efeito direto na situação do refugiado, prejudicando significativamente sua estabilidade financeira e psicológica.

Durante a pandemia, é possível notar que houve um aumento significativo do uso da

internet para transações financeiras (NIC,2020). O distanciamento social fez com que houvesse uma rápida adaptação por parte do setor financeiro para a digitalização de serviços presenciais. Uma linha interessante de investigação seria levar em consideração a utilização de aplicativos de remessas internacionais como Transferwise e Western Union, que antes necessitavam a presença física para o envio.

A literatura de Diásporas Digitais trouxe à tona uma maneira de representação cartográfica das jornadas migratórias na Internet (DIMINESCU 2008). Essas cartografias eram marcadas por uma diversidade de conectores, sua intenção era mapear relações entre diferentes sites e quais eram os principais influenciadores dentro das redes. Algumas interpretações afirmam que essa representação é altamente utilitarista, colocando em evidência apenas citações diretas e relações individuais contidas dentro desses sites (NEDELCU, 2012). Compreender a dimensão afetiva, é colocar em evidência que há um conjunto de atividades não ordenadas e muitas vezes feitas contextualmente. Nesse sentido, a dimensão afetiva se aproxima da ideia de uma errância digital migrante. Necessitando um redimensionamento dos mapas que normalmente não levam em consideração uma parte importante do uso feito para atividades que muitas vezes podem ser sublimadas.

A importância disso dentro de um quesito psicológico para a adaptação na chegada é comprovado e a importância do telefone celular é cada vez maior dentre novos migrantes (GILLESPIE, 2016). Assim a investigação do uso social mostra-se importante entre todas as dimensões, já que seria possível compreender mais holisticamente a influência de comunidades transnacionais no cotidiano.

2.3.3 Político

Por último, a dimensão política é extremamente importante para entender uma disputa identitária dentro da internet. Com a supressão do lado político de migrantes, a Internet torna-se proeminente colocando em evidência a necessidade de um canal de expressão política desses indivíduos. A organização desse uso é majoritariamente por redes sociais, mas ainda é possível identificar uma plethora de fóruns, com uma camada maior de anonimato, sendo usados para tal.

Um caso do grupo Geno-Cost de congoleses de diversos países de primeira e segunda geração que denunciam os crimes humanitários tanto da ditadura Mobutu, quanto da colonização europeia buscando recontar a história do país (GODIN & DONÁ, 2016). O fato

de que este grupo tem um caráter politizado, é um ato político por si só, colocando em evidência uma faceta de migrantes que, muitas vezes, lhes é abafada. Esse movimento comprovadamente teve impacto na política nacional da República Democrática do Congo, pressionando alguns parlamentares, a re-permissão de uma vida politizada é importantíssimo e só foi organizado a partir das redes.

Evidência da importância dessa dimensão é a existência dos movimentos de “nações digitais” (ND). Esse conceito resume bem o que são movimentos de migrantes e refugiados buscando uma reconstituição identitária e política de suas nações. Esse movimento mostra-se importante para indivíduos que ainda têm como norte uma luta política intrínseca à sua própria identidade. Um caso notório é a existência de um “Curdistão digital” (DIMINESCU & LOVELUCK, 2014) que concentra a grande quantidade de refugiados da etnia curda em busca de constituir digitalmente a identidade do para-Estado. O funcionamento dessa ND é complexo e descentralizado, estando em uma diversidade de sites, redes sociais e fóruns online. Um dos principais usos da rede curda é sobre a troca de informações sobre o que acontece no governo de Rojava e o apoio de forma financeira ou ideológica aos movimentos locais (*Ibid.*)

Isso se confirma na análise de outra importante ND que é a Iugoslávia digital, que teve grande proeminência durante a década de 2000 após sua dissolução na década de 90. Em grande parte, todos os fóruns desse movimento eram baseados em uma nostalgia do período da união socialista de 1945 a 1990. Esses grupos tinham um viés e tentavam constituir uma história própria, tendo o costume de se declarar Iugoslavos mesmo após as respectivas dissoluções.

Por fim, o último movimento mais importante é o dos refugiados sírios com a Síria Digital. Com a corrente guerra civil no país, refugiados sírios levaram a internet o debate sobre os acontecimentos e os rumos que o Estado estava levando. Mesmo sendo a ND menos coesa, as discussões feitas por redes sociais mostram a capacidade de uma capacidade de organização temática grande por parte das CDDs, colocando relatos pessoais em primeiro lugar, a Síria Digital foi capaz de criar grupos de diferentes posições políticas e redes de apoio.

A dimensão política tem como principal propósito investigar de qual maneira esse posicionamento que é comumente negado a refugiados, acaba por encontrar novas maneiras

de expressão. Interseccionando com o afetivo, a busca por uma expressão política bem consolidada perpassa diretamente na busca identitária desses refugiados. O véu do anonimato é um elemento importante, que transforma espaços normalmente vigiados para refúgios de possíveis retaliações por expressões políticas não convencionais. Além disso, a dimensão política pode aproximar as CDDs por causa de um objetivo comum, um exemplo estudado e citado acima é do grupo Geno-Cost que tem uma estrutura semiformal de apoio entre seus membros. A compreensão disso pode levar a um entendimento importante de que novas formações políticas podem crescer.

3. Eixo Aplicado

3.1 Introdução

A metodologia proposta para o trabalho terá uma estrutura focada em analisar alguns estudos de caso de políticas bem sucedidas de ID focados nas comunidades migrantes. Esse processo consistirá na análises de três casos de Organizações Internacionais como a ACNUR, de administrações nacionais e de entidades da sociedade civil. A escolha desses três atores é feita para ter-se uma visão holística de como vem sendo tratado a questão em diferentes ramos e usá-las para questões de comparação entre elas para ver qual teve mais efetividade em entender a complexidade da questão, utilizando os três eixos apresentados anteriormente como alicerce.

A paper se concentra em utilizar-se de dois tipos de abordagens. Primeiro, utilizando fontes primárias, obtendo relatórios de resultados. Complementarmente, busca-se em fontes secundárias abordagens críticas sobre a atuação e os efeitos mais consolidados das ações afirmativas de ID. Além disso, se utilizando das definições já feitas, será possível entender como cada política escolhida atinge uma camada da vida migrante. Também terá o cuidado de se apurar o vocabulário utilizado para designar a DDG de maneira geral.

O produto final esperado é um quadro comparativo das três boas práticas. O quadro vai ter a intenção de colocar em maneira visual os prós e contras de todas as políticas escolhidas e quais as definições utilizadas por cada. Além disso, deverá ter de maneira discriminada qual comunidade foi atingida, de que dimensão cotidiana ela foi mais efetiva,

quanto tempo durou, qual a organização responsável e qual ação afirmativa foi feita por esses órgãos. A última sessão do quadro será a possibilidade de uma adaptação para a cidade de São Paulo. Dessa forma, o trabalho terá uma forma mais palatável e esquematizada para possíveis formuladores de política pública que se tem intenção de apresentar.

A seção a seguir terá como objetivo principal explorar em completude os limites de três diferentes políticas de mitigação do impacto da DDG migrante. Sendo assim, em cada caso apresentado serão justificados e esquematizados todas essas características essenciais para a compreensão delas dentro desse contexto. As escolhas especificamente de três com naturezas distintas é proposital para colocar em perspectiva a diversidade possível dentro do campo. A primeira concentra-se em analisar uma Parceria Público Privada, tripartite, bem sucedida em Pacaraima. Em sequência se investiga uma mudança burocrática importante em Uganda na identificação de refugiados. Por último, investiga-se uma prática holandesa de uma ONG que cultiva cursos profissionalizantes de tecnologia que se transformam em empreendedores da própria comunidade. Ao fim, colocar-se-á em discussão as três, comparando todas suas características, com a montagem de um quadro ilustrativo ao fim.

O outro fato importante a se ressaltar é que a escolha de três casos não significa que haja uma escassez nesse campo. Pelo contrário, o número reduzido é para fazer uma primeira radiografia dessas políticas e a consolidação de um método analítico. Além disso, pretende-se a expansão deste *paper*, abrindo maiores possibilidades para análises mais holísticas.

3.2 Boas Práticas

3.2.1 4G em Pacaraima

O primeiro caso é a parceria feita entre a empresa telefônica Vivo, a sueca Ericsson e o Governo Federal. O caso em específico tem algumas características que devem ser discutidas com maior atenção. A principal delas que o coloca em evidência é sua natureza de PPP, que mostra-se uma prática que merece maior detalhamento, dado sua popularidade dentro do assunto. Além disso, é importante a compreensão dos resultados dessa intervenção e como ela se sustenta com possíveis novas atualizações para tecnologias de comunicação.

Em 2018, durante a realização do Fórum Econômico Mundial, realizado em São

Paulo, a Ericsson divulgou uma parceria feita com o Governo brasileiro e a Vivo para a portabilidade da tecnologia 4G para a cidade de Pacaraima, Roraima. A PPP teria como base dois axiomas centrais: A construção de novas antenas de recepção e a implementação de fibra óptica na cidade de Pacaraima; além do incentivo à criação de um centro de Inclusão Digital pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Ambas as iniciativas foram exclusivamente focadas na população migrante, devido à falta de infraestrutura da principal cidade roraimense receptora dos fluxos migratórios. Deve-se aprofundar então nesse primeiro axioma, para entender em qual capacidade a construção de infraestrutura foi um benefício imediato à população.

O plano envolveu a adaptação da Infraestrutura da cidade de Pacaraima e da região metropolitana da capital do estado, Boa Vista (ERICSSON, 2018). O plano envolveu a melhora de estações de recepção e das antenas, com a adaptação para a tecnologia 3G e 4G. Além disso, com assistência da Vivo, na expansão com uma filial no centro da cidade na fronteira do estado. De acordo com o relatório, foram impactados mais de 400 mil cidadãos residentes de Roraima e 40 mil migrantes de origem venezuelana.

Uma política por PPP é desenhada por uma conciliação de interesses em mente, dando à Ericsson e a Vivo a capacidade de expansão de mercados. É curioso ver que ainda existe certa influência por parte da Vivo dentro dos acampamentos, sendo a única operadora que fornece uma loja *in loco* e que cobre a região com sinal telefônico¹¹. Além disso, ambas as empresas têm, primordialmente, um acordo comercial, já que a Vivo se utiliza do equipamento europeu em suas soluções de Banda-Larga e Wi-Fi.

Entretanto, essa benesse à ambas as empresas ainda não mostrou um serviço adaptado às necessidades da população ali residente. Em uma pequena consulta no site próprio da Vivo, ao colocar a localização desejada em Pacaraima, não há indícios de adaptações do serviço oferecido pela empresa. O plano mais barato oferecido de banda larga é por R\$14,99 a semana, com o serviço de mensagens *WhatsApp* ilimitado. Não há nenhuma opção de tradução no site para a língua espanhola ou mesmo o atendimento por pessoas com algum da língua hispânica, mesmo após 3 anos do término do programa. A estratégia de fornecer informações aos migrantes de maneira acessível, acaba por deixar refém uma série de pessoas não alfabetizadas digitalmente. Uma possível solução seria reproduzir o que é

¹¹ Informações retiradas do site da Vivo e do medidor de sinal telefônico da SIMET (SIMET, 2020; VIVO,2020).

feito na Vila Kantuta em São Paulo, onde os chips são revendidos dentro da própria comunidade, com pessoas que dominem ambas as línguas oferecendo melhores condições aos migrantes que ali residem (BARRETO,2014).

Ao pensar sobre esse axioma, é possível traçar comparações com as concepções mais liberais de Exclusão Digital. Grande parte disso é aparente quando se considera uma preferência por uma construção de infraestrutura como o grande passo para a Inclusão Digital. Além disso, é notável a utilização da modalidade de PPP para o desenho de uma política, também exacerba essa noção mais liberalizante e ligado aos primeiros movimentos de Exclusão Digital, especialmente a definida dentro dos EUA.

Com o estabelecimento do Laboratório de Inclusão Digital (LID) pela UFRR se constituiu um mecanismo consistente de combate à DDG e à inclusão da população venezuelana no Brasil. Tocado pela administração da Universidade e por discentes, o LID têm como seu principal trunfo o lançamento de editais que oferecem equipamentos, como laptops e telefones celulares e planos de internet com a adesão ao programa. Para os beneficiados são oferecidos, ainda, cursos de alfabetização digital com a introdução a diferentes programas e serviços que podem ser feitos pelo computador. Consequentemente, essa iniciativa acaba por facilitar entradas no mercado de trabalho mais consistentemente e a adequação burocrática dos migrantes. Além disso, a iniciativa é importante já que coloca em prática problemas que estão consistentemente dentro das prioridades migrantes, ao disponibilizar equipamentos apropriados, o papel do LID tem uma importância ainda maior com a corrente pandemia do COVID-19, que exige o trabalho de casa.

O LID continua ativo dentro do escopo que inicialmente foi designado. Além disso, é importante colocar que a iniciativa foi expandida para locais de Boa Vista que são discentes da UFRR. Isso demonstra que iniciativas, mesmo que inicialmente estejam colocadas dentro de escopos mais fechados, é possível identificar novas capacidades e desigualdades digitais dentro dos contextos em quais estão inseridos.

É importante ressaltar que o LID está dentro do relatório da Ericsson (2018) como uma das iniciativas a longo prazo no combate à Exclusão Digital. A ACNUR está diretamente envolvida na assistência para ministrar aulas. Assim, é possível ter um balanço positivo de toda experiência em Pacaraima, já que existe uma coordenação de frentes importantes. Mesmo que exista uma conexão com políticas mais liberalizantes, é possível

entender que o desenvolvimento da frente com o Laboratório ainda ativo é um trunfo importante para as populações no estado.

Ao colocar em perspectiva as concepções feitas nos primeiros capítulos, é possível ter um entendimento diferenciado sobre o impacto dessa iniciativa. No prisma de Trabalho é possível identificar que com a facilitação da obtenção de banda larga, é exponencial o aumento da capacidade dessas populações nas procura por oportunidades empregatícias. Além disso, com a adesão ao LID, é mais claro ainda a capacidade de ação efetiva na entrada dos migrantes no mercado de trabalho de maneira geral.

Outra categoria que é diretamente afetada pelo programa é a esfera Afetiva. Nesse sentido, com a possibilidade do acesso à rede, é mais fácil Pessoas Forçadamente Deslocadas (PFDs) terem contato com familiares e outros vínculos pessoais através de aplicativos de mensagens. Mostra-se importante nesse sentido, em um segundo momento, uma investigação em campo, mais ampla sobre se esse fato teve um impacto direto na criação de CDDs dentro de Pacaraima, ou das populações ali residentes. Essa compreensão vai de encontro com essas práticas mapeadas em um primeiro momento.

É possível, ainda, vislumbrar novos desafios para a cidade para um futuro próximo. O principal deles é com a adaptação para a tecnologia 5G¹², que exigirá uma redefinição quase completa da infraestrutura no país (SENADO,2020). Isso significa que as adaptações feitas em 2018 se tornarão obsoletas e necessitarão de novas reformas. Dessa forma, há uma necessidade de pensar por outras vias de como abranger essas áreas que muitas vezes são periféricas no sentido de conectividade (SIMET, 2020).

3.2.2 Novos SIMs em Uganda

Um dos principais obstáculos de uma jornada digital migrante, por assim dizer, é a busca pelo acesso da internet de maneira consistente e legalizada no país de destino. Isso passa normalmente pela aquisição de cartões SIMs, chips de telefonia móvel. Entretanto, é comum que esse processo seja constantemente dificultado pela condição em que refugiados se encontram logo após a chegada, sendo requerido por empresas do ramo vários documentos de identificação pessoal e outros trâmites burocráticos. É nesse sentido que uma parceria da ACNUR com o governo de Uganda foi firmado para a facilitação desses procedimentos

¹² Leilão do 5G, até a finalização desse trabalho, não foi realizado e é previsto para ser feito até o fim de 2021

burocráticos.

A parceria consistiu na simplificação e unificação de documentos de identificação pessoal já se tornaram os necessários para todas as operadoras de telefonia no país (GSA,2019). O relatório diz que ao menos 600.000, seiscentos mil, pessoas foram impactadas pela decisão. O país africano hoje tem um grande fluxo de pessoas deslocadas vindo de seus dois vizinhos a República Democrática do Congo e do Sudão do Sul, ambos alvos de crises humanitárias que duram mais de sete anos. Essas pessoas acabaram encontrando refúgio, principalmente, na região de Bidi Bidi, e pela impossibilidade da obtenção de chips por meios legítimos, maioria acabava passando por uma espécie de “mercado cinza” de revenda desses SIMs e de identidades falsas que poderiam ser usadas nesse processo (Ibid.).

Essa situação chamou a atenção do GSMA, uma associação internacional de empresas de telecomunicação. A organização sugeriu uma nova portaria que permitisse a utilização do documento que comprova a chegada no país como identidade pessoal. Isso vai de acordo com uma das resoluções da ACNUR que reforçava a utilização de documentos de identificação para refugiados (ACNUR,2006). A ação foi amparada pelas agências de ajuda internacionais do Reino Unido e Suécia, patrocinando a mudança na diretiva do país africano. Estima-se que essa mudança tenha tido um impacto significativo na aquisição desses cartões em pouco tempo, com o número de refugiados em solo ugandês que possuem chips dobrado (GSMA, 2019).

A modalidade dessa política deve ser investigada, já que envolve uma plethora de atores de diferentes características. Se considerarmos o establishment da Governança Global da Internet (GdI), a política de Uganda seria um caso de sucesso, já que utiliza justamente o modelo *multistakeholder*. Esse tipo de política consiste em uma conciliação de interesses entre os diferentes atores de diferentes setores, como exemplificado nesse caso, normalmente consiste na coordenação entre interesses da sociedade civil, setor privado e das autoridades estatais (GLECKMANN, 2018). Essa prática é por certo uma das mais disseminadas dentro da GdI, sendo constantemente colocada dentro dos principais fóruns de discussão internacionais sobre esse assunto (MUELLER, 2010), isso é resultado da constituição da área e de suas principais instituições¹³.

¹³ É o caso da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) principal instituição em relação à Governança da Internet. A Organização foi criada em 1998 por Vint Cerf em conjunto com o Departamento de Comércio estadunidense para regular e monitorar todos os domínios da Internet. Seu desenho institucional é pensado com a governança *multistakeholder* como molde principal. Ver (MUELLER,2010 &

Assim, ao analisar o caso ugandês fica claro que esse modelo influenciou diretamente no desenho da política. Os principais atores envolvidos acabam por ter todos os citados dentro desse contexto, tendo o envolvimento direto do setor privado, com a representação da GSMA, de organizações governamentais e internacionais para a concepção da solução. Esse tipo de governança é visto por membros de grandes organizações como uma maneira mais democrática de lidar com problemas. É importante relembrar que o programa em questão foi patrocinado por agências de ajuda, que podem ter interferido diretamente na maneira em que uma política pública foi construída.

Esse tipo de governança pode ser muito criticado justamente pelo excesso de interesses dentro da discussão. Isso pode levar a certas capturas por parte de alguns grupos, para críticos quase sempre pendendo para interesses privados (GLECKMANN, 2018), e hierarquizar certas discussões. Levando isso em conta, nesse caso é possível ver um maior protagonismo da GSMA no desenho das políticas, tendo um papel de divulgador e até mostrando as oportunidades criadas para o setor a partir da inclusão das populações migrantes. Além disso, é possível entender que o modelo não mostra-se como um método democrático *per se*. Isso é confirmado quando se considera que não existe uma representação proporcional, tendo discussões se adaptando diretamente aos setores que possuem maior poder relativo¹⁴ e interesse do que outros membros das discussões. Isso mostra-se especialmente presente em discussões que envolvam os entes da sociedade civil, que acabam sendo colocados de marginalmente nas discussões de maneira geral.

Entretanto, nesse caso específico não é possível ter certeza que houve uma captura, nos termos que alguns teóricos clamam que todo modelo *multistakeholder* têm, já que houve uma resolução benéfica e não colocada sob responsabilidade exclusiva de apenas um dos setores. Então, mesmo que seja um tipo de modalidade controversa e problemática, nesse caso é possível ver resultados positivos consistentes com efeitos transformadores para comunidades.

As ações em solo ugandense têm impactos diversos no que pode se chamar vida cotidiana migrante. Isso leva em conta as concepções antes movimentadas anteriormente, especialmente no que se refere às concepções de atuação direta dentro da internet. Primeiramente, é possível ver como a ação é benéfica na esfera de Trabalho, já que com a

GLECKMANN, 2018)

¹⁴ Essa concepção se baseia principalmente nas definições de Andrew Hurrel (2004) sobre poder relativo em negociações.

maior facilidade de obtenção desses chips aumenta a adequação desses refugiados e permitem uma busca mais expandida de oportunidades. Entretanto, nesse caso é mais sensível nas duas outras esferas propostas.

As capacidades Política e Afetiva são impactadas diretamente com o trabalho feito pela administração pública ugandesa, à medida que elas são mais sensíveis à entrada das PFDs na Internet. O caso de Uganda é mais visível pelo fato de que essas populações estão cada vez mais dependentes das redes para obtenção de informações sobre o país de origem e em qual capacidade é segura o seu retorno e a segurança de eventuais vínculos pessoais que ainda permaneceram. Além disso, existe certo cuidado ao levar em conta uma participação política dentro de contextos de guerra civil, como é o caso da DRC, já que ao mesmo tempo que seja possível articulações e manutenção desses vínculos, é possível que isso cause divisões ou violências dentro dos acampamentos por postagens públicas. Em relação a capacidade Afetiva, é importante a utilização desses SIMs para o contato e para um ambiente positivo psicologicamente, já que a existência de canais de contato com vínculos pessoais nesse contexto diminui angústias que possivelmente podem surgir. A existência de CDDs é sensível nesse contexto, podendo ter contornos específicos para as comunidades que se organizam através de diferentes origens, posições e nuances pessoais.

Por fim, é possível colocar em perspectiva que ações como essa colocam em perspectiva uma realidade importante sobre a precariedade migrante digital. Isso se mostra muito revelador com o constante impedimento das populações ao acesso dessas redes por meio de decisões burocráticas. Isso leva às populações a mercados ilegais que constantemente as deixam em situações delicadas legalmente ou compram equipamentos inoperantes por preços acima do normal. Assim o modelo de políticas como essas são sensíveis o bastante para colocar em evidência a precariedade das populações em solo ugandês e como esse acesso muitas vezes pode estar significativamente impedido por convenções burocráticas.

3.2.3 Hackeando futuros

Em comparação com as últimas análises, a iniciativa *Hack Your Future* (HYF) tem uma qualidade *sui generis*. Isso se vê justamente pela sua natureza organizacional, já que é a única entre as escolhidas que é feita exclusivamente por trabalho voluntário e por uma organização da sociedade civil. Sua atuação foca na capacitação profissional de refugiados e

migrantes e por meio de convênios com empresas do ramo de tecnologia oferecem oportunidades de emprego ao término dos cursos. (HACK YOUR FUTURE, 2020). Além disso, a ONG conta com apoio direto de autoridades locais para divulgação entre as comunidades e apoio institucional.

A capacidade transformadora do programa é vista a partir dos resultados surpreendentes do programa. A partir da fundação da organização neerlandesa em 2016, apenas em 2019 foram mais de 200 PFDs que se graduaram pelo curso com aproximadamente 90% de seus graduados empregados em empresas como Uber e RaboBank, um dos principais bancos dos Países Baixos (Ibid.). O plano de estudos envolve 7 meses de cursos intensivos onde os alunos aprendem diferentes linguagens de programação e no final desenvolvem uma página web com todos os conhecimentos. É importante ressaltar que todo o programa é gratuito e a ONG oferece vale-transporte e os equipamentos necessários para todos os alunos. Para termos de comparação, um programa com mesmo intuito por vias privadas custa, aproximadamente, oito mil Euros¹⁵. Após um primeiro ano com bons resultados, os organizadores expandiram o programa para duas outras cidades, Toronto, Canadá e Copenhagen, Dinamarca. A escalabilidade do programa demonstra a capacidade plena de crescimento ainda maior de iniciativas como essa.

Diferentemente de ambas as predecessoras, a iniciativa escolhida tem pouco envolvimento do setor público em seu desenho institucional. Isso se dá principalmente pela diferença de objetivo entre elas, principalmente ao se colocar em perspectiva que países como os Países Baixos já disponibilizam as condições necessárias para o acesso pleno da Internet. Dessa forma, o entendimento que existe uma clivagem dentro do setor de tecnologia é uma maneira de visar mitigar os efeitos da Divisão Digital em um estágio mais avançado. Para efeito de comparação, um survey nos Estados Unidos detectou que em 2020 , aproximadamente, 15% dos trabalhadores são de origens não-brancas (TRUSTRADIUS, 2020).

Um ponto importante é a compreensão que grande parte das novas oportunidades de trabalho abertas, maioria delas são no setor de tecnologia. A capacitação de novos profissionais, especialmente em novos programadores, é importante para constituir empresas e iniciativas que partam da própria comunidade. Isso se confirma ao ler relatos como de Sarea

¹⁵ Preço retirado da empresa multinacional *Ironhack* que disponibiliza bootcamps através do globo. Retirado de <https://www.ironhack.com/br/desenvolvimento-web/amsterdao>

Al Kebaky que transformou seu conhecimento adquirido em uma plataforma, a Amsterdamvoorziet.nl que auxilia cidadãos em situações similares à que ele tinha após sua chegada.

Em Amsterdamvoorziet.nl você pode ver facilmente qual regime de pobreza pode reivindicar, indicando sua idade, em que distrito mora e qual é seu estado civil. Um empréstimo para treinamento, por exemplo, ou uma consulta gratuita ao veterinário. (...) “Eu vi muitas pessoas no abrigo ficando entediadas. Ao mesmo tempo, muitas pessoas moram sozinhas. Muitas vezes, eles podem usar um pouco de ajuda, por exemplo, ao pintar uma parede.” (NRC, 2017 Tradução Nossa)

Essa transformação intra-comunitária, mostra a construção de soluções que sejam feitas para além de soluções *one-size-fits-all* e migrem para problemáticas cada vez mais específicas e feitas para o uso da própria comunidade. Esse empoderamento de PFDs acaba sendo importante para a constituição de novas plataformas digitais, programas educacionais e soluções que sejam benéficas das CDDs para as próprias CDDs. Além disso, com a garantia de vínculos empregatícios faz com que haja uma maior estabilidade cotidiana e recursiva por parte dessas populações.

Em contrapartida, é possível colocar o projeto sob um olhar crítico. É possível observar que a espinha dorsal de todo o programa é a capacitação para entrada em empresas de tecnologia, colocando a aceitação social sob um prisma capitalista, já que a aceitação viria através de uma entrada no mercado de trabalho. Isso vai ao encontro (não seria?) , mais uma vez, com perspectivas mais liberais sobre Exclusão Digital e sobre migração (JAEGER,2012). Concomitantemente, é possível observar também que isso pode favorecer o argumento da migração especializada, já que se valorizam pessoas mais ligadas a esse setor ou com formações prévias que agregariam maior valor ao mercado.

Leva-se em consideração que esse tipo de crítica vem de uma análise que coloca como prioridade um olhar sobre as relações de trabalho. Entretanto, é importante ressaltar que esse tipo de oportunidade empregatícia dentro dos estudos sobre migração podem ser encarados como uma maneira de escapar de certas precariedades. No sentido que o vínculo é legítimo e oferece uma remuneração mais robusta e compatível com o resto do mercado de trabalho, o que o coloca em outro tipo de situação que a maioria de seus iguais (ALENCAR, 2017).

Nesse sentido também que pode-se interpretar esse caso por meio das categorias

apresentadas. Especialmente, na capacidade do Trabalho, já que a HYF oferece capacitação técnica e profissional, dando importância para oficinas sobre como funciona o mercado de trabalho do país receptor (HACK YOUR FUTURE, 2021). Positiva-se que a experiência oferecida pelo programa, é de maneira a inserir migrantes dentro do setor e o prover das ferramentas necessárias para um estabelecimento de longo prazo dentro do mercado. Concomitantemente, é possível colocar a experiência muito próxima à capacidade Afetiva, já que, como mostrado anteriormente, faz com que os indivíduos tenham uma maior conexão com a própria comunidade e atuem ativamente para usar o conhecimento adquirido em prol de experiências pessoais ou compartilhadas.

Conclui-se que a HYF é uma iniciativa que mostra-se um passo à frente das outras apresentadas. Isso é dado pelo fato de que ambas as predecessoras tinham uma maior preocupação infraestrutural e do acesso à internet de maneira geral. Já a HYF, mostra a possibilidade de iniciativas que empoderem PFDs de maneira a criarem soluções aos problemas que estejam latentes. Isso se confirma a partir do momento que se entende que a ONG atua apenas em capitais de países de maior desenvolvimento relativo, como Canadá, Dinamarca e os Países Baixos. Entretanto, é importante conceber que a possibilidade de uma duplicidade dessa experiência dentro de uma cidade como São Paulo deve ser analisada. Isso se deve pela capacidade de encontrar importantes influenciadores das CDDs dentro da cidade que, com esse tipo de trabalho, poderiam colocar de maneira mais clara soluções intra-comunitárias.

3.2.4 Paralelos e comparativos

Após a apresentação das três boas práticas, mostra-se necessário uma análise comparativa. Isso será complementado pelo Quadro 1, colocado ao fim dessa seção que deixa esquematizado os pontos apresentados. O intuito da comparação é entender quais lições podem-se extrair a partir das experiências e de qual maneira elas podem ser aplicadas contextualmente.

Ao se conceber uma boa prática de Inclusão Digital Migrante (IDM) é preciso analisar alguns fatores basilares. Primeiramente, é a compreensão da importância das condições infraestruturais. Isso foi determinante no desenho das políticas, especialmente nas duas primeiras. É importante a investigação dos ecossistemas digitais onde as comunidades de PFDs se encontram. No caso de Pacaraima a inexistência do acesso pleno à Internet foi

determinante quando colocado sob a mesa um plano de ação. Em Uganda a dificuldade de obtenção de chips de telefonia celular foi levado como central ao desenhar em qual medida teriam ações mais efetivas nesse sentido. No caso da HYF, o pleno acesso nos países receptores foi um pressuposto de oferecer os cursos da maneira que foi feito. Essa diferença de objetivo fica claro ao se perceber em qual sentido as práticas foram implementadas.

Esse pressuposto fica mais claro também ao perceber a espacialidade dessas práticas. No sentido de entender a extensão dos impactos através de sua localidade. Isso é aparente especialmente no caso ugandense onde a decisão afetou não só acampamento de Bidi Bidi, mas como nacionalmente.

Em sequência, é preciso a compreensão da natureza organizacional e como isso acaba por ser uma importante característica de cada prática. De alguma maneira, todas as práticas têm em comum o fato de terem, a princípio, uma multiplicidade de atores envolvidos de diferentes naturezas. Esses arranjos acabam por englobar normalmente desde Organizações Internacionais, especialmente a ACNUR, também como entidades do setor privado e instituições governamentais. Nota-se que alguns casos o protagonismo por parte de empresas é significativo, especialmente no caso de Uganda, e isso pode ser alvo de críticas por esse fato. Deve-se ter cautela quando se trata de entes privados em capturar certos programas para seu interesse. Entretanto, nas conjunturas apresentadas, não se apresentou situações como essas, houve cooperação profunda entre as partes a partir do objetivo proposto. É importante, todavia, notar que grande parte dos interesses privados se sobressaíram em algumas das práticas, tendo certo favorecimento econômico aos atores envolvidos, como em Pacaraima.

Dentre as lições extraídas pela análise conjunta, é importante colocar em perspectiva alguma delas. Primeiramente, a precariedade digital migrante não é um fenômeno homogêneo, é algo complexo e extremamente conectado. Em consequência disso, é comum encontrar arranjos diversos para encontro de resoluções dessa ordem. Mesmo que possam ser colocadas sob uma égide de problemas mais próximos de administrações nacionais, a atuação da sociedade civil e de entes privados é determinante para existência de pressões para mudança.

Outra lição determinante para essas práticas é o entendimento de que políticas de Inclusão Digital não se restringem a nacionais, é latente a existência de várias dinâmicas de exclusão dentro dos países. É necessário que o tato com essas populações esteja dentro dos

desenhos de política pública, a iniciativa representada pelo LID é um passo positivo nessa direção. A princípio mostra-se necessário que tomadores de decisão tenham conhecimento desses conceitos e atuem dentro de esferas legislativas para projetos de Inclusão Digital ou projetos exclusivos nesse sentido.

Atenta-se também a postura de várias das linhas teóricas que não incluem temas como esses. Nesse sentido, o *policy paper* em questão tem como objetivo alertar essa parcela para as sensibilidades migrantes. Seja uma literatura extremamente presa à análises técnicas de redes de diásporas digitais, seja com literaturas que não colocam em perspectiva a precariedade digital migrante. Inserindo o tema em algumas das discussões é possível vislumbrar maior visibilidade dessas vulnerabilidades. Na visão escolhida por este paper, deve-se atuar mais ativamente para evidenciar a realidade migrante dentro do contexto digital, para que se eleve a discussão para o *mainstream*.

Por fim, entendo que seja importante que não coloque essa categoria em decisões amplas e descontextualizadas. Cada CDD e cada região oferecem desafios diferentes para suas PFDs, é necessário que se respeite esse aspecto heterogêneo. Importante enfatizar que as práticas apresentadas não são pensadas em transferências diretas para outros contextos, seria necessário repensar muitos aspectos levados em consideração nos desenhos de cada prática. É virtuoso, entretanto, compreender que realidades como as apresentadas foram positivamente impactadas.

Quadro 1: Comparação de Práticas

Público Alvo	Administração do programa	Investimento	Key Players	Âmbito de atuação	Perfis atingidos	Objetivo	Lições
População Venezuelana que reside no campo de Pacaraima	Vivo, Ericsson, UFRN e Governo Federal			Ação afirmativa e temporal para combater a Exclusão Digital. Principalmente, no que se refere aos problemas de infraestrutura. Teve impacto direto na vida migrante de forma geral			A utilização do LID como prática permanente mostra-se um passo importante para compreensão da precariedade
Cartões SIM em Uganda	Parceria Público-Privada	Privado em sua maioria	Municipal	Afetivo e Político			Projeto de simplificação burocrática feito temporalmente. Impactando diretamente na vida dos refugiados dentro do país africano em contatar familiares dos países vizinhos.
Hack Your Future	Refugiados e migrantes deslocados pela guerra nos países vizinhos , em sua maioria provindos da República Democrática do Congo.	Financiado através de editais de ajuda internacional	Governo de Uganda, UKAID e Suécia	Nacional	Afetivo e Comercial		Projeto permanente e constante que promove boas práticas de combate a Divisão Digital. Agindo de forma direta no ensino de habilidades necessárias para a obtenção de vínculos empregáticos fixos e de longo prazo. Atuação de médio a longo prazo.

2 Referências Bibliográficas

- ALENCAR, Amanda. Refugee integration and social media: a local and experiential perspective. *Information, Communication & Society*, [s.l.], v. 21, n. 11, p.1588-1603, 1 jun. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1369118x.2017.1340500>.
- ALINEJAD, Donya et al. 2019. “Diaspora and Mapping Methodologies: Tracing Transnational Digital Connections with ‘Mattering Maps’”. *Global Networks* 19(1): 21–43.
- “Novos brasileiros”: os migrantes africanos que estão mudando a cara de São Paulo. BBC News Brasil, 2018.
- CÁRITAS - O mundo do trabalho no contexto da pandemia, onde estamos e para onde vamos? Disponível em: <<http://caritas.org.br/noticias/o-mundo-do-trabalho-no-contexto-da-pandemia-onde-estamos-e-para-onde-vamos>>. Acesso em: 10 out. 2020.
- HOUTUM, H. VAN; LACY, R. B. The migration map trap. On the invasion arrows in the cartography of migration. *Mobilities*, v. 15, n. 2, p. 196–219, 3 mar. 2020.
- RISAM, R. Beyond the Migrant “Problem”: Visualizing Global Migration. *Television & New Media*, v. 20, n. 6, p. 566–580, 1 set. 2019.
- CANDIDATU, Laura, Koen LEURS, e Sandra PONZANESI. 2019. “Digital Diasporas: Beyond the Buzzword”. In *The Handbook of Diasporas, Media, and Culture*, John Wiley & Sons, Ltd, 31–47. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781119236771.ch3> (3 de setembro de 2020).
- CHAN, Brenda. Imagining the Homeland: : The Internet and Diasporic Discourse of Nationalism. *Journal of Communication*: v. 29, n. 4, p. 336-368, dez./2005.
- CHARMARKEH, Houssein. Social Media Usage, Tahriib (Migration), and Settlement among Somali Refugees in France. *Refuge*, Paris, p.43-52, jun. 2013.
- CULBERTSON, S. et al. Crossing the Digital Divide: Applying Technology to the Global Refugee Crisis. 17 dez. 2019.

DEKKER, Rianne et al. Smart Refugees: How Syrian Asylum Migrants Use Social Media Information in Migration Decision-Making. *Social Media + Society*, [s.l.], v. 4, n. 1, p.20- 30, jan. 2018.

SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/2056305118764439>

DALTON, Craig M., Linnet TAYLOR, e Jim THATCHER (alphabetical). 2016. “Critical Data Studies: A Dialog on Data and Space”: Big Data & Society.

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053951716648346> (8 de setembro de 2020).

DIMINESCU, Dana. 2008. “The Connected Migrant: An Epistemological Manifesto”. Social Science Information 47(4): 565–79.

DIMINESCU, Dana; LOVELUCK, Benjamin. Traces of dispersion: Online media and diasporic identities. *Crossings: Journal of Migration & Culture*, [s.l.], v. 5, n. 1, p.23-39,1 mar. 2014. Intellect. http://dx.doi.org/10.1386/cjmc.5.1.23_1.

ESTADOS UNIDOS, Presidente (1993-2000; Bill Clinton) Bridging the Digital Divide, Washington District of Columbia, 27 jan. 2000 Disponível em <https://clintonwhitehouse5.archives.gov/WH/Accomplishments/technology.html> Acesso em 10 de Dezembro 2020.

GILHOOLY, Daniel, e Eunbae LEE. 2014. “The Role of Digital Literacy Practices on Refugee Resettlement”. *Journal of Adolescent & Adult Literacy* 57(5): 387–96.

GILLESPIE, Marie et al. Mapping Refugee Media Journey Smartphones and Social Media Networks. Open University / France Médias Monde, Paris, p.1-103, 13 maio 2016.

GODIN, Marie; DONÁ, Giorgia. “Refugee Voices,” New Social Media and Politics of Representation: Young Congolese in the Diaspora and Beyond. Refuge, Paris, p.60-71, jun. 2016

GORDANO, Cecilia. 2013. “Mobile Phones in Migrant Contexts: Commercial Discourses and Migrants’ Appropriations of ICT in Spain”. *Observatorio (OBS*)*.

[http://obsdev.addition.pt/index.php/obs/article/view/612 \(10 de setembro de 2020\).](http://obsdev.addition.pt/index.php/obs/article/view/612)

KISSAU, Kathrin; Structuring Migrants' Political Activities on the Internet: A Two-Dimensional Approach, Journal of Ethnic and Migration Studies, 38:9, p. 1381-1403, 2012 DOI: 10.1080/1369183X.2012.698207

KUMAR, Priya. 2012 “Palestinian Virtual Networks: Mapping Contemporary Linkages”. : 26.

LEUNG, Linda. Telecommunications across borders: refugees' technology use during displacement. University Of Technology Of Sydney, Sydney, p.1-20, 2010

MIKAL, Jude P.; WOODFIELD, Braden. Refugees, Post-Migration Stress, and Internet Use. Qualitative Health Research, [s.l.], v. 25, n. 10, p.1319-1333, 18 ago. 2015. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1049732315601089>.

MITRA, Ananda. 1997. “Diasporic web sites: Ingroup and outgroup discourse”. *Critical Studies in Mass Communication* 14(2): 158–81.

MUELLE, Milton L.. Networks and States: The Global Politics of Internet Governance. Cambridge, Massachussets: Mit Press, 2010.

NIC. TIC PAINEL COVID 19. São Paulo: Cgi.Br, 2020.

OECD. Going Digital: shaping policies, improving lives. 2019.
[Http://dx.doi.org/10.1787/9789264312012-en](http://dx.doi.org/10.1787/9789264312012-en).

SALINAS Sara. 2018. “Zuckerberg on Cambridge Analytica: ‘We Have a Responsibility to Protect Your Data, and If We Can’t Then We Don’t Deserve to Serve You’”. CNBC.
[https://www.cnbc.com/2018/03/21/zuckerberg-statement-on-cambridge-analytica.html \(9 de setembro de 2020\).](https://www.cnbc.com/2018/03/21/zuckerberg-statement-on-cambridge-analytica.html)

Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina. UNHCR, [s.d.]. Disponível em:
<https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina>

efugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 10 out. 2020
LEYEN, Ursula von Der. A Union that strives for more: my agenda for europe. Bruxelas:
Comissão Europeia, 2019. Disponível em:
https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/political-guidelines-next-commission_en.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.